

CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO 2024/2025

Que fazem, na forma abaixo, de um lado, o **SINDICATO DAS SANTAS CASAS E ENTIDADES FILANTRÓPICAS DO ESTADO DA BAHIA - SINDIFIBA**, sito à Rua Belo Horizonte, 64 Centro Empresarial Barra Master, 1º andar, sala 112 Barra Avenida, nesta Capital e, do outro lado o **SINDICATO DOS NUTRICIONISTAS NO ESTADO DA BAHIA - SINDNUT**, sito à Av. Antônio Carlos Magalhães, 1962, Condomínio Candeal Center, sala 5, Brotas, nesta Capital, neste ato representado por seus respectivos Presidentes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – ABRANGÊNCIA

A presente convenção abrange os nutricionistas, neste ato representados pelo Sindicato dos Nutricionistas no Estado da Bahia - SINDNUT e que laboram para as empresas pertencentes à categoria econômica representada pelo SINDIFIBA, com exceção da cidade de Itabuna.

CLÁUSULA SEGUNDA – REAJUSTE SALARIAL

As entidades empregadoras integrantes da Categoria Econômica representadas pelo SINDIFIBA concederão aos seus empregados um reajuste salarial da seguinte forma:

- a) Para os empregados que recebem salário base mensal inferior a R\$9.000,00 (nove mil reais), será concedido a partir de 01/10/2024 o reajuste salarial de 3,23% (três vírgula vinte e três por cento), calculado sobre o salário de abril/2024.
- b) Para os empregados que recebem salário base igual ou superior a R\$9.000,00 (nove mil reais), ficam as empresas autorizadas a negociar livremente qualquer índice de reajuste de salário.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - Os valores retroativos previstos no item "a" correspondente a maio, junho, julho, agosto e setembro/2024, inclusive verbas rescisórias deste período, serão pagos nas folhas de outubro, novembro, dezembro/2024 e janeiro/2025, em forma de abono, e não constituem base de incidência de qualquer encargo trabalhista e previdenciário.

PARÁGRAFO SEGUNDO - Serão compensadas todas as antecipações de reajustes salariais espontaneamente concedidas pelas empresas a partir de 01 de maio de 2023.

PARÁGRAFO TERCEIRO - Somente não serão compensados os aumentos concedidos por força de promoção, transferência, equiparação salarial, méritos, planos de cargos e acordos judiciais ou extrajudiciais expressamente concedidos a título de aumento real.

CLÁUSULA TERCEIRA – PAGAMENTO DE SALÁRIO

Será concedido o adiantamento quinzenal de 25% (vinte e cinco por cento) dos salários entre os dias 15 a 20 de cada mês.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - Quando o dia 20 (vinte) coincidir com o sábado, domingo ou feriado, o pagamento deverá ser antecipado para o dia útil anterior.

PARÁGRAFO SEGUNDO - Será mantido o mesmo percentual de antecipação para aquelas entidades empregadoras que já praticam índice superior.

CLÁUSULA QUARTA – ASSISTÊNCIA MÉDICA/ODONTOLÓGICA

As entidades empregadoras garantirão aos empregados e dependentes legais dentro dos serviços médicos hospitalares que efetivamente dispuserem no âmbito do seu próprio estabelecimento, assistência médica/odontológica, sem ônus para o beneficiário e sem obrigação de ampliação dos respectivos serviços para tal fim.

PARÁGRAFO ÚNICO - As entidades empregadoras que possuem seguro saúde ou plano de saúde ficam desobrigadas de prestar assistência médica nas suas unidades.

CLÁUSULA QUINTA – ATESTADO MÉDICO

Os atestados médicos e odontológico que preencham os requisitos previstos em Lei, somente serão aceitos se entregues até o segundo dia útil subsequente do afastamento do trabalho, encaminhando-o para o Serviço de Medicina do Trabalho para avaliação, sob pena de serem recusados, devendo ser analisado caso a caso.

CLÁUSULA SEXTA – ANUÊNIO

Permanece como vantagem pessoal sob o título “anuênio congelado” em R\$ (reais), o valor praticado em 30 de abril de 1998.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - o “anuênio congelado” mencionado nesta cláusula será reajustado com os mesmos percentuais que forem aplicados aos reajustes gerais de salários, negociados nesta convenção coletiva.

PARÁGRAFO SEGUNDO - Não fazem jus à vantagem prevista nesta cláusula os empregados que não a tenham adquirido até 30/04/1998.

CLÁUSULA SÉTIMA – FALTAS

As faltas dos empregados previstas em lei, quando coincidentes com o horário de labor devem ser pré-avisadas, com antecedência mínima de 72 (setenta e duas) horas, e, devidamente comprovada.

CLÁUSULA OITAVA – SALÁRIO SUBSTITUIÇÃO

Enquanto perdurar a substituição que não tenha caráter meramente eventual, o empregado substituto fará jus ao salário contratual do substituído.

CLÁUSULA NONA – ADICIONAIS E VANTAGENS

Os adicionais e vantagens pessoais, que os empregados tenham direito dentro do mês trabalhado serão pagos no mês subsequente, desde que devidamente atualizados.

CLÁUSULA DÉCIMA – AUXÍLIO CRECHE

Para cada filho menor de 06 (seis) anos, inclusive adotivos, desde que expressamente solicitado, os empregados terão direito ao auxílio creche no valor de R\$70,00 (setenta reais), a partir de maio/2024.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - Os valores correspondentes de maio a setembro/2024, inclusive verbas rescisórias deste período serão pagos nas folhas de outubro/2024, novembro/2024, dezembro/2024 e janeiro/2025, em forma de abono, e não constituem base de incidência de qualquer encargo trabalhista e previdenciário.

PARÁGRAFO SEGUNDO - As entidades empregadoras que oferecem vagas em creche, sem ônus para o empregado, estarão desobrigadas de efetuar o pagamento do referido benefício.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – AUXÍLIO FUNERAL

As entidades empregadoras pagarão a partir de outubro/2024, o valor de R\$1.234,00 (mil e duzentos e trinta e quatro reais) a família do empregado, em caso de falecimento deste, a título de auxílio funeral, no prazo de 15 (quinze) dias a contar da comunicação e apresentação do atestado de óbito.

PARÁGRAFO ÚNICO - As entidades empregadoras que oferecem seguro de vida estão desobrigadas ao pagamento do referido benefício.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – COMPROVANTE DE PAGAMENTO

Os comprovantes de pagamento ou contracheques deverão ser fornecidos e/ou disponibilizados pelas empresas aos seus empregados, sem ônus para estes, diretamente ou por meios eletrônicos, e emitidos de maneira que neles estejam discriminadas as parcelas pagas, inclusive o valor correspondente ao recolhimento do FGTS.

PARÁGRAFO ÚNICO - Em caso de necessidade da segunda via o empregado deverá solicitar diretamente à empresa.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – UNIFORMES

As entidades empregadoras fornecerão, gratuitamente, aos seus empregados, 02 (dois) uniformes por ano, desde que exigidos o seu uso.

PARÁGRAFO ÚNICO - A devolução dos mesmos se dará quando da reposição e/ou rescisão de contrato de trabalho, sob pena de ser descontado o valor referente.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – QUADRO DE AVISOS

As entidades empregadoras permitirão a colocação de comunicado para empregados em seu quadro de avisos, desde que previamente encaminhado à direção das respectivas entidades.

PARÁGRAFO ÚNICO - Os avisos terão como finalidade a divulgação de assuntos de interesse da categoria dos trabalhadores desde que não sejam atentatórios e não venham a deturpar a imagem ou reputação da Instituição ou pessoas.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - AVISO PRÉVIO

Aos empregados despedidos sem justa causa será concedido o aviso prévio na forma da lei.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – ADICIONAL NOTURNO

O adicional será pago na base de 40% (quarenta por cento) sobre o valor da hora normal trabalhada, para as instituições estabelecidas na capital e 35% (trinta e cinco por cento) para as instituições estabelecidas no interior.

PARÁGRAFO ÚNICO - Considera-se como trabalho noturno o estritamente realizado entre 22:00 as 05:00 horas.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – LIBERAÇÃO DO DIRIGENTE SINDICAL

As entidades empregadoras liberarão do trabalho o Presidente, o Vice-Presidente, o Tesoureiro e o Secretário, e mais 01 (um) diretor por empresa até o limite de 02 (dois), excluído deste cômputo o Presidente.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - Fica assegurado o benefício a outros diretores titulares que já estejam liberados.

PARÁGRAFO SEGUNDO - Em qualquer das hipóteses acima mencionadas, não haverá prejuízo dos vencimentos e vantagens.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – RELAÇÃO DE EMPREGADOS

As entidades empregadoras colocarão a disposição do sindicato dos empregados as cópias das guias de contribuição sindical e taxa assistencial, no prazo de 15 (quinze) dias, após os descontos pertinentes, inclusive a relação dos descontos mensais dos associados.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA – CONVÊNIOS

As entidades empregadoras poderão firmar convênios com farmácias, óticas e drogas para a venda e cobrança dos seus artigos e produtos, diretamente aos seus empregados e sob a total responsabilidade destes.

PARÁGRAFO ÚNICO - As entidades empregadoras poderão descontar na folha de pagamento de seus empregados os valores correspondentes ao quanto acima mencionado que em hipótese alguma configurará salário indireto.

CLÁUSULA VIGÉSIMA – ESCALA DE TRABALHO

Os empregados com carga horária semanal de 24, 36, 40 ou 44 horas poderão cumpri-la em escala de plantão de 6 horas, 8 horas, 12 horas ou 24 horas, desde quando seja de conveniência dos respectivos serviços e respeitada a carga horária mensal contratual.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - Faculta-se ao empregador estabelecer a escala de trabalho de 12x24, 12x36, 12x48 ou 24x72 e em escalas de plantão de 21 horas (Serviço Diurno/ Noturno) em quaisquer dos setores, integral ou parcialmente, dos estabelecimentos vinculados à categoria econômica do SINDIFIBA, observando-se:

- a) - Para aqueles empregados que trabalharem sob as denominadas “escalas de plantão”, as 12 (doze) ou 24 (vinte e quatro) horas de prestação de serviço serão entendidas como horas normais, inclusive no labor em dias considerados como domingos e feriados, ficando esclarecido igualmente que não serão caracterizadas e remuneradas como horas

extras, inclusive as horas trabalhadas na eventualidade de vir a ser ultrapassada a carga horária contratual, desde que o excesso de horas trabalhadas seja compensado na forma estabelecida no banco de horas.

b) - Fica assegurado para os trabalhadores que atuam em escalas de plantão um intervalo de 1 (uma) hora a cada 12 (doze) horas de trabalho, para repouso e refeição, a ser gozado na oportunidade indicada pela empresa e compatível com a disponibilidade do serviço em execução (artigo 71 e parágrafos da CLT).

c) - As empresas integrantes da categoria econômica que possuem refeitórios em suas unidades, ficam autorizadas a reduzir o intervalo intrajornada de que trata o artigo 71, § 3º da CLT, na forma do quanto disposto pela Portaria nº 1.095 do Ministério do Trabalho e Emprego - MTE, respeitado o limite mínimo exigido de 30 (trinta) minutos.

PARÁGRAFO SEGUNDO - Excepcionalmente poderá ser admitido o plantão de 24 horas.

PARÁGRAFO TERCEIRO - As partes acordam pela possibilidade de implantação do regime de trabalho de 12x24 e 12x48, de acordo com a carga horária contratada e se dará nos seguintes moldes: o trabalho será iniciado com uma jornada de 12h seguida de uma folga de 24h, no dia seguinte ocorrerá novo labor em jornada de 12h, acompanhada de uma folga de 48h.

PARÁGRAFO QUARTO - Para a apuração das horas extras a serem pagas ou compensadas não serão levadas em consideração as trocas de plantão efetuadas entre os empregados, ainda que estas trocas impliquem em excesso a carga horária semanal. As instituições permitirão por conveniência institucional e consenso entre as partes o limite máximo de 5 (cinco) trocas por mês, inclusive para as jornadas de 12x24, 12x36 e 12x48, escalas mistas (Serviço Diurno/Noturno), devendo obedecer a política interna de cada instituição, a troca de plantão somente poderá ser realizada caso o empregado tenha descansado, no mínimo, onze horas consecutivas.

PARÁGRAFO QUINTO - As instituições integrantes da categoria econômica representada pelo SINDIFIBA ficam autorizadas a funcionarem em domingos e feriados, devendo, entretanto, estabelecerem escalas de folgas compensatórias na forma estabelecida no banco de horas.

PARÁGRAFO SEXTO - Conforme artigos 611 -A inciso XII (Acordos e Convenções Coletivas), e 189 e seguintes da CLT (Atividades insalubres), fica estabelecido a todos abrangidos pela respectiva convenção coletiva, o trabalho e a prorrogação da jornada nas atividades descritas nos artigos supracitados.

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA – BANCO DE HORAS

As Instituições integrantes da categoria econômica representadas pelo SINDIFIBA ficam autorizadas a adotar o sistema de compensação de horas trabalhadas, através do qual o excesso de horas em um ou mais dias possa ser compensado pela correspondente diminuição da jornada em outro dia, de maneira que tal regime não exceda prazo máximo de 6 (seis) meses.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - As entidades empregadoras deverão disponibilizar aos trabalhadores as informações sobre as horas trabalhadas no mês, possibilitando aos mesmos o controle do número de horas a serem compensados.

PARÁGRAFO SEGUNDO - Ficam as entidades empregadoras autorizadas a utilizar-se da compensação no período destinado a concessão de férias, adicionando-se ao período de gozo efetivo das férias os dias correspondentes a compensação ora destacada.

PARÁGRAFO TERCEIRO - As faltas assim como os atrasos injustificados serão descontados conforme legislação aplicável ou política Institucional.

PARÁGRAFO QUARTO - Na hipótese de rescisão do contrato de trabalho, as horas trabalhadas e não compensadas serão pagas na rescisão.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA – HORAS EXTRAS

O adicional de horas extras será pago na razão de 65% (sessenta e cinco por cento) sobre a hora normal, assim considerada todas aquelas trabalhadas além da jornada legal ou fixada por função.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - Fica ajustado, com base no artigo 7º, inciso XIII, da Constituição Federal vigente, que as horas laboradas em sobre jornada poderão ser objeto de compensação na forma ajustada nesta convenção.

PARÁGRAFO SEGUNDO - Nos dias de sábados, domingos e feriados, o adicional de horas extras será à razão de 100% (cem por cento).

CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA-COMPENSAÇÃO – SÁBADOS/DOMINGOS/FERIADOS

As entidades empregadoras poderão compensar o dia de sábado, domingo ou feriados com o acréscimo correspondente de horas durante a semana, dentro do próprio mês ou, mês subsequente, observada sempre a carga horária contratual.

CLÁUSULA VIGÉSIMA QUARTA – CONTROLE DE JORNADA

As entidades empregadoras poderão adotar sistemas alternativos de controle da jornada de trabalho, eletrônico, conforme estabelece a Portaria 373 de 25/02/2011-MTE.

CLÁUSULA VIGÉSIMA QUINTA – GARANTIA DE EMPREGO DA GESTANTE

Empregadas gestantes terão o emprego garantido, desde a comunicação da gravidez, com a apresentação do atestado médico oficial, até 30 (trinta) dias após o término da licença previdenciária.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - A empregada que, estando grávida, receber aviso prévio, deverá no curso do mesmo, apresentar atestado médico comprobatório da gravidez ao setor de pessoal devendo a empresa tornar sem efeito o dito aviso prévio.

PARÁGRAFO SEGUNDO - Na hipótese do aviso prévio ser indenizado, a comprovação de que trata o parágrafo anterior deverá efetuar-se antes de ser concretizado o efetivo desligamento da gestante, para fins de continuação no emprego.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEXTA – ALIMENTAÇÃO

As entidades empregadoras que possuem refeitórios fornecerão aos seus empregados, que laboram em regime de plantão de 12 (doze) horas, alimentação gratuita, desde que seja do seu interesse o cumprimento desta jornada.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - As entidades empregadoras que já praticam o benefício da alimentação permanecerão concedendo na forma ora vigente, inclusive no que se refere a ceia e desjejum dos plantões noturnos.

PARÁGRAFO SEGUNDO - O fornecimento de tal alimentação não configura salário indireto e não integrará o salário do empregado que a receba, para qualquer fim.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SÉTIMA – VALE TRANSPORTE

O vale transporte será concedido conforme a legislação vigente.

CLÁUSULA VIGÉSIMA OITAVA – ACESSO DE DIRIGENTE SINDICAL

Os dirigentes sindicais, mediante identificação, terão acesso aos locais previamente determinados para comunicação com os empregados.

CLÁUSULA VIGÉSIMA NONA – CONDUÇÃO

No caso da entidade empregadora fornecer gratuitamente condução para transporte do empregado, do trabalho para casa e vice-versa, esporadicamente por ocasião de eventos anormais, esse tempo de percurso não será considerado para efeito de hora in-itinere, nem será considerado salário utilidade.

CLÁUSULA TRIGÉSIMA – DATA BASE

A data base da categoria fica mantida em 1° de maio.

CLÁUSULA TRIGÉSIMA PRIMEIRA – DESCONTOS

As entidades empregadoras poderão descontar, em folha, além das contribuições sindicais, outras parcelas que sejam do interesse do trabalhador, desde que devidamente autorizadas, ressalvada, quanto à manifestação do empregado.

CLÁUSULA TRIGÉSIMA SEGUNDA – CARTA DE REFERÊNCIA

Em casos de desligamento de empregados, sem justa causa, as empresas entregarão aos empregados carta de referência no ato da rescisão do Contrato de Trabalho.

CLÁUSULA TRIGÉSIMA TERCEIRA – EXAME MÉDICO

As entidades empregadoras fornecerão aos empregados cópias dos resultados dos exames admissional, periódico e demissional desde quando solicitado pelo empregado.

PARÁGRAFO ÚNICO – Ficam obrigados, os empregados, a comparecer à Medicina do Trabalho sempre que convocados. O SINDNUT fica responsável em realizar um trabalho de conscientização junto à categoria.

CLÁUSULA TRIGÉSIMA QUARTA – GARANTIA DE EMPREGO

As entidades empregadoras assegurarão aos seus empregados a garantia do emprego de 02 (dois) anos nas seguintes condições:

- a) - optantes com 28 anos de serviço na mesma empresa;
- b) - homens a partir de 63 anos de idade e mulheres a partir de 58 anos de idade, desde que tenham mais de 10 (dez) anos de serviços na mesma empresa.

PARÁGRAFO ÚNICO – Essa garantia cessará na ocorrência das seguintes hipóteses:

- a) - se o empregado cometer falta grave, devidamente apurada nos termos da lei;
- b) - quando atingir a condição de aposentado.

CLÁUSULA TRIGÉSIMA QUINTA – TAXA NEGOCIAL

As entidades empregadoras integrantes da categoria econômica descontarão de todos os seus nutricionistas, na folha correspondente ao mês de novembro de 2024, a contribuição assistencial prevista na Constituição Federal, no seu art. 8º inc. IV, para manutenção das atividades do sindicato profissional, no percentual correspondente a 1,5% (um e meio por cento) sobre o salário base de cada trabalhador já reajustado na forma da cláusula segunda desta Convenção Coletiva do Trabalho, como definido pela Assembleia Geral da Categoria.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - Os trabalhadores que não concordarem com o referido desconto, poderão fazer oposição ao mesmo, especificamente no período de 04 de novembro/2024 até 15 de novembro de 2024, por meio de ofício dirigido ao SINDNUT.

PARÁGRAFO SEGUNDO - O SINDNUT, por sua vez, deverá enviar às empresas até o dia 24 de novembro de 2024 uma relação nominal dos nutricionistas que tenham formalizado a sua oposição ao referido desconto.

PARÁGRAFO TERCEIRO - As entidades empregadoras pagarão nos meses de novembro e dezembro/2024 ao SINDNUT o percentual de 0,50% (zero e cinquenta centésimos por cento), tendo como base de cálculo o salário base do mês de outubro/2024, respectivamente, devendo efetuar o depósito bancário até os dias 18/11/2024 e 18/12/2024, respectivamente, em favor do SINDNUT na conta bancária da Caixa Econômica agência 3248, operação 003, conta corrente nº 383-4 - CNPJ 10.861.192/0001-84.

PARÁGRAFO QUARTO - As entidades empregadoras deverão repassar à secretaria do SINDNUT a relação nominal das importâncias descontadas, bem como efetuar o depósito respectivo na conta bancária da Caixa Econômica agência 3248, operação 003, conta corrente nº 383-4, até o dia 16/12/2024 - CNPJ 10.861.192/0001-84.

PARÁGRAFO QUINTO - Fica vedado às entidades empregadoras a realização de quaisquer manifestações, atos, campanhas ou condutas similares no sentido de incentivar ou instigar os trabalhadores não filiados ao Sindicato apresentarem o seu direito de oposição por escrito.

PARÁGRAFO SEXTO - Fica vetado ao Sindicato e seus dirigentes a realização de quaisquer manifestações, atos e condutas similares no sentido de constranger os trabalhadores não filiados ao Sindicato profissional apresentarem o seu direito de oposição por escrito.

PARÁGRAFO SÉTIMO - O trabalhador que não exercer o direito de oposição na forma e no prazo previstos no parágrafo primeiro não terá direito ao respectivo reembolso da presente contribuição negocial.

PARÁGRAFO OITAVO - Caso haja ação judicial com decisão final que implique obrigação de devolver os valores descontados dos empregados, o Sindicato profissional, beneficiário dos repasses, assume a obrigação de restituição diretamente aos empregados, dos valores que lhe foram atribuídos, sendo que, caso o ônus recaia sobre as entidades empregadoras, elas poderão cobrar do Sindicato ou promover a compensação com outros valores que devam a ele repassados, inclusive relativos a contribuições associativas, devendo a Empresa notificar o Sindicato acerca da ação com o referido objeto eventualmente ajuizado, para intervir na relação processual caso tenha interesse.

CLÁUSULA TRIGÉSIMA SEXTA – NÃO CUMULATIVIDADE

As vantagens contempladas nesta convenção, se regulamentadas por lei, não serão cumulativas, prevalecendo sempre as condições mais benéficas para os empregados.

CLÁUSULA TRIGÉSIMA SÉTIMA - SINDIFIBA E SINDNUT (COMISSÃO)

Nomeiam a comissão paritária de 06 (seis) membros, composta de 03 (três) representantes dos trabalhadores e igual número de representantes das instituições integrantes da categoria econômica com a finalidade específica de reunir-se trimestralmente visando a discussão a respeito da possibilidade de implantação de **PISO SALARIAL, REGULAMENTAÇÃO DO PAGAMENTO DE ADICIONAL NOTURNO, NORMATIZAÇÃO DE DESCONTO DE TAXA ASSISTENCIAL, IMPLANTAÇÃO DE MULTA NORMATIVA E MULTA POR INADIMPLÊNCIA SALARIAL, MEDICINA E SEGURANÇA DO TRABALHO, DETERMINAÇÃO DA BASE DE CÁLCULO DE INSALUBRIDADE, GRATIFICAÇÃO DE SETOR ESPECIALIZADO E JORNADA DE TRABALHO**. Esta Comissão terá o prazo de 180 (cento e oitenta) dias a contar da assinatura desta Convenção, para emitir parecer sobre a possibilidade ou não de aditamento a presente norma coletiva, com a inserção de cláusulas cujo conteúdo seja o resultado dos estudos desenvolvidos pelo grupo de trabalho.

CLÁUSULA TRIGÉSIMA OITAVA – COMBATE AO ASSÉDIO MORAL E SEXUAL

As entidades sindicais convenentes da convenção coletiva reafirmam seus propósitos de combate ao assédio moral e assédio sexual, conforme Lei no 10.224, de 15 de maio de 2001 e disposições da Convenção no 111 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), bem como combate ao racismo. Dessa forma as partes se comprometem, paritariamente e de forma negociada, a combater qualquer tipo de assédio moral, sexual ou racismo dentro do local de trabalho, apurando denúncias e focando na prevenção efetiva dos conflitos.

CLÁUSULA TRIGÉSIMA NONA – VIGÊNCIA

A vigência da presente Convenção Coletiva de Trabalho é de 12 meses, com início em 01 de maio de 2024 e término em 30 de abril de 2025.

As partes declaram por si e pelos seus representantes legais, que adotarão todas as providências legais para formalização da presente Convenção.

E por estarem de pleno acordo, as partes assinam a presente Convenção Coletiva de Trabalho, em 04 (quatro) vias, para um só efeito.

Salvador, 18 de outubro de 2024.

SINDIFIBA - Presidente

Ana Claudia Alves Della-Celia Souza

SINDNUT - Presidente

Celenilda Maria Aciole Gonçalves Souza